

+ ECONOMIA

Marta Sfredo

marta.sfredo@zerohora.com.br
gauchazh.com/martasfredo
3218-4701

Com Laura Schneider laura.schneider@zerohora.com.br 3218-4757

NOVELAS TAMBÉM TERMINAM NO RS

Era audível o alívio na voz da secretária de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado, Ana Pellini, ao relatar o esforço para liberar a licença de instalação (LI) da ampliação da fábrica da Todeschini em Bento Gonçalves. Não era para menos. A novela se arrastava desde 2013.

Era o tipo de problema que ajuda a construir a fama de "Estado Islâmico do Rio Grande do Sul" – como a coluna soube recentemente que a subsidiária local de uma grande empresa nacional chamava a província, devido à quantidade de interditos. Mas se uma novela que parecia interminável se encerrou, aumenta a expectativa de que um dia isso ocorra com mais frequência.

Ao conceder a LI, a Fepam destrava R\$ 450 milhões em investimento e a contratação de até 1,5 mil pessoas. Por mais que a permanência estivesse assegurada, havia grande incerteza sobre o momento que seria possível pôr mãos à obra.

É bom lembrar que o enredo passou até por um flerte da direção com o governo de Alagoas durante o período de negociação, com ameaça de tirar a produção de móveis dessa marca do Estado. Ana Pellini afirma que, em contatos recentes, a direção da empresa confirmou o interesse em manter o investimento.

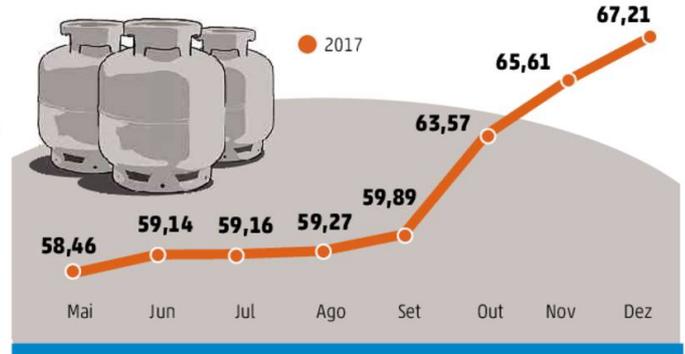
A licença prévia (LP), primeira fase do licenciamento, foi concedida em fevereiro de 2016. Nesse período, explica a secretária, a empresa teve de apresentar um projeto adaptado às exigências constantes da LP, adotar medidas mitigatórias e até comprar áreas de preservação permanente para compensar as que serão ocupadas pela ampliação da fábrica.

– Pelo tamanho e pelo local, não era um projeto simples, foi preciso até mudar leis municipais em Bento Gonçalves para permitir a ampliação – observa a secretária. A entrega oficial da LI será feita na próxima semana, no Palácio Piratini, pelo governador José Ivo Sartori à direção da empresa.

A BOLSA PERDEU O FÔLEGO QUE SUSTENTAVA DESDE SEGUNDA-FEIRA E ENCERROU O PREGÃO RECUANDO 0,28% ONTEM, A 80.962 PONTOS. O MAU HUMOR EM NOVA YORK E OS RUMORES DE QUE O GOVERNO PODE ADIAR MAIS UMA VEZ A REFORMA DA PREVIDÊNCIA POR FALTA DE VOTOS AJUDARAM A EMPURRAR O INDICADOR PARA BAIXO. NA VÉSPERA, HAVIA ALCANÇADO MARCA HISTÓRICA DE 81.189 PONTOS NO FECHAMENTO.

Reajuste na chama

Variação do preço médio de revenda no RS do botijão de gás de 13 quilos (em R\$)



Era uma questão de tempo, depois que até defensores históricos da flutuação de preços perceberam que o mecanismo escolhido pela Petrobras para reajustar preços estava desequilibrando, mais do que que estabilizando, a economia.

Em entrevista à coluna, a especialista em energia da Fundação Getúlio Vargas, francamente favorável à flutuação, Fernanda Delgado, admitiu, há 10 dias: "O efeito deletério na opinião pública é muito ruim." Não deu outra. Depois de avisar que revisaria a política de reajustes para o gás de cozinha (GLP), a estatal anunciou ontem que, em vez de repassar as flutuações internacionais a cada mês, vai fazê-lo a cada trimestre. É um sinal de que o choque de variação realmente não funcionou.

MENOS GÁS PARA DRAGÃO

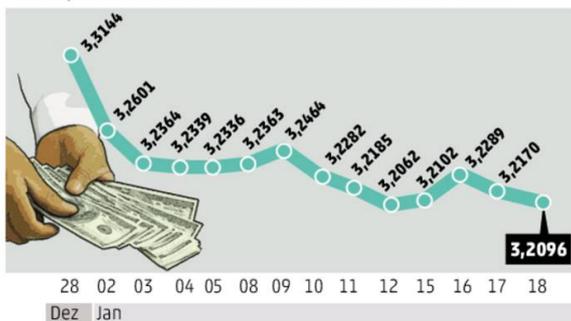
Desde junho, quando os reajustes mensais começaram, a média de preços no Rio Grande do Sul subiu 15%. No Brasil,

a variação média foi de 16,3%. Embora não tenham pressionado a inflação ao longo do ano, esses aumentos "apareceram" nos últimos meses de 2017. O IGP-DI, por exemplo, subiu 0,8% em novembro e 0,74% em dezembro.

O Brasil não pode depender de subsídios nos preços dos combustíveis, como ocorreu de 2003 a agosto de 2015. A quebra da regra foi feita ainda no governo Dilma, pelo então presidente da Petrobras Aldemir Bendine, preso em julho passado, acusado por receber R\$ 3 milhões da Odebrecht por contratos com a estatal. É preciso encontrar o equilíbrio entre subsídio e sobressalto.

Recuo consistente

A cotação da moeda americana entrou em viés de baixa em 2018



DÓLAR PERDE ALTITUDE. POR ORA

Além da alta da bolsa, este início de ano é marcado pela continuidade do recuo do dólar, e não apenas no Brasil. O economista-chefe do banco Fibra, Cristiano Oliveira, destaca que a moeda norte-americana perdeu força ante várias outras, em média 11% ainda ao longo de 2017.

Entre os motivos das verdinhas mais murchas, lista Oliveira, estão a reforma tributária de Donald Trump nos Estados Unidos, os sinais de volta a um crescimento moderado, mas confiável, tanto nas maiores economias quanto nos países emergentes.

Também contribui a expectativa de que os bancos centrais da zona do euro e do Japão sigam reduzindo o ritmo dos estímulos monetários não convencionais. Isso torna o euro e o iene mais atrativos. Para além de flutuações pontuais e diárias, o economista avalia que uma reversão de tendência segue atrelada à mãe de todas as influências: o ritmo de alta do juro nos Estados Unidos.

Como indicadores apontam uma expansão moderada da economia americana, a esperada (por lá...) volta da inflação tende a provocar ao menos três altas no juro ao longo deste ano, avisa Oliveira.

A procura de grandes clientes pelo mercado livre de energia caiu

45%

em 2017 na comparação com o ano anterior, segundo a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Motivos seriam menor oferta e alta nos valores de referência para contratos.

GAÚCHAZH.



A VOZ DA MUDANÇA

No ano em que a palavra estará na boca de todos os brasileiros, o Instituto de Estudos Empresariais (IEE) definiu o tema do 31º Fórum da Liberdade: A Voz da Mudança. O evento, marcado para os dias 9 e 10 de abril no Centro de Eventos da PUCRS, em Porto Alegre, abre as inscrições em 1º de fevereiro.

O Fórum da Liberdade é reconhecido internacionalmente como um dos maiores eventos de debate e discussão de ideias da América Latina.

TODAS AS CÂMARAS SÃO LEGÍTIMAS

A criação da unidade da Câmara de Comércio e Desenvolvimento Internacional Brasil-China (CCDIBC) em Porto Alegre acabou abrindo uma polêmica com a entidade desse tipo mais antiga do Brasil. Presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-China (CCIBC), Charles Tang entrou em contato com a coluna para reivindicar uma espécie de "monopólio da legitimidade". Para tentar esclarecer dúvidas, após contato da coluna a

embaixada da China no Brasil enviou o seguinte comentário: "Todas as câmaras de comércio são legítimas, se cumprem com os requisitos legais". Mas também deu um recado importante: "Não necessitam de aval da embaixada".

Existem, inclusive, outras câmaras com objetivo semelhante – criar negócios entre empresas chinesas e brasileiras, inclusive cobrando taxa de intermediação decorrentes dos esforços para aproximar as partes.